RGe ISSN: 2177-3246

MY HERO ACADEMIA E A DEFESA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: A PRESERVAÇÃO DA ORDEM, DA LIBERDADE E DA PROPRIEDADE SOB UMA ÓTICA CONSERVADORA

MY HERO ACADEMIA AND THE DEFENSE OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES: THE PRESERVATION OF ORDER, LIBERTY, AND PROPERTY FROM A CONSERVATIVE PERSPECTIVE

MI ACADEMIA DE HÉROES Y LA DEFENSA DE LOS PRINCIPIOS CONSTITUCIONALES: LA PRESERVACIÓN DEL ORDEN, LA LIBERTAD Y LA PROPIEDAD DESDE UNA PERSPECTIVA CONSERVADORA

10.56238/revgeov17n4-183

Pedro Henrique Duarte Brito Pompermayer
Bacharelando em Direito
Instituição: Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão (IESMA/Unisulma)
E-mail: pedroacbm9@gmail.com

Lucas Lucena Oliveira
Professor Orientador
Doutor em Direito
Instituição: Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA), Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Thyago Ferreira Alves
Mestrando em Direito
Instituição: Universidade de Marília, Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA)

RESUMO
Este artigo científico propõe uma análise interdisciplinar, sob a égide da dialética jurídica e da filosofia política conservadora, da estrutura normativa e social da obra My Hero Academia. A investigação centra-se na premissa de que o surgimento das "individualidades" (Quirks) provocou uma crise ontológica no Estado de Direito, exigindo uma reconfiguração da intervenção estatal para salvaguardar a paz social. O objetivo central é investigar como a regulação das individualidades pela Comissão de Segurança Pública e as ações dos heróis licenciados convergem para proteger os pilares fundamentais estabelecidos no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988: ordem pública, liberdade individual e propriedade privada. Metodologicamente, o estudo utiliza pesquisa bibliográfica e análise teórica de autores como Russell Kirk (2013), Edmund Burke (1982) e Max Weber (1991), cruzando-os com a análise das tensões entre liberdade e ordem na tradição conservadora proposta por Coutinho (2014). A discussão aborda a figura de All Might como uma "dominação carismática" necessária para a estabilidade sistêmica e a ideologia da "Linha Azul" como um mecanismo para legitimar a força institucional contra a subversão niilista. Examina também a fusão entre a ética shonen e o arquétipo do homem que se fez por si próprio, fundamentando uma visão meritocrática de liberdade subordinada

ISSN: 2177-3246

ao dever e à responsabilidade pessoal. Por fim, o trabalho analisa como a vilania, ao desafiar a inviolabilidade da propriedade e do legado histórico, valida a necessidade de instituições tradicionais fortes. Conclui que a "Sociedade dos Heróis" opera como um modelo de governança conservadora onde a ordem é o pré-requisito indispensável para a existência da liberdade, consolidando a segurança jurídica como um escudo contra a anarquia.

Palavras-chave: Conservadorismo. Ordem Pública. Direito Constitucional. My Hero Academia. Intervenção Estatal. Dialética Jurídica.

ABSTRACT

This scientific article proposes an interdisciplinary analysis, under the aegis of legal dialectics and conservative political philosophy, of the normative and social structure of the work My Hero Academia. The investigation focuses on the premise that the emergence of "individualities" (Quirks) has provoked an ontological crisis in the rule of law, requiring a reconfiguration of state intervention to safeguard social peace. The central objective is to investigate how the regulation of individualities by the Public Safety Commission and the actions of licensed heroes converge to protect the fundamental pillars established in Article 5 of the 1988 Federal Constitution: public order, individual liberty, and private property. Methodologically, the study uses bibliographic research and theoretical analysis of authors such as Russell Kirk (2013), Edmund Burke (1982), and Max Weber (1991), cross-referencing them with the analysis of the tensions between liberty and order in the conservative tradition proposed by Coutinho (2014). The discussion addresses the figure of All Might as a "charismatic domination" necessary for systemic stability and the ideology of the "Thin Blue Line" as a mechanism for legitimizing institutional strength against nihilistic subversion. It also examines the fusion between shonen ethics and the self-made man archetype, grounding a meritocratic view of freedom that is subordinated to duty and personal responsibility. Finally, the work analyzes how villainy, by challenging the inviolability of property and historical legacy, validates the need for strong traditional institutions. It concludes that the "Hero Society" operates as a model of conservative governance where order is the indispensable prerequisite for the existence of freedom, consolidating legal security as a shield against anarchy.

Keywords: Conservatism. Public Order. Constitutional Law. My Hero Academia. State Intervention. Legal Dialectics.

RESUMEN

Este artículo científico propone un análisis interdisciplinario, bajo la égida de la dialéctica jurídica y la filosofía política conservadora, de la estructura normativa y social de la obra My Hero Academia. La investigación se centra en la premisa de que la aparición de las "individualidades" (Quirks) provocó una crisis ontológica en el Estado de Derecho, que requirió una reconfiguración de la intervención estatal para salvaguardar la paz social. El objetivo central es investigar cómo la regulación de las individualidades por parte de la Comisión de Seguridad Pública y las acciones de los héroes con licencia convergen para proteger los pilares fundamentales establecidos en el Artículo 5 de la Constitución Federal de 1988: el orden público, la libertad individual y la propiedad privada. Metodológicamente, el estudio utiliza la investigación bibliográfica y el análisis teórico de autores como Russell Kirk (2013), Edmund Burke (1982) y Max Weber (1991), contrastándolos con el análisis de las tensiones entre libertad y orden en la tradición conservadora propuesto por Coutinho (2014). Este análisis aborda la figura de All Might como una "dominación carismática" necesaria para la estabilidad sistémica y la ideología de la "Línea Azul" como mecanismo para legitimar la fortaleza institucional frente a la subversión nihilista. También examina la fusión entre la ética shonen y el arquetipo del hombre hecho a sí mismo, fundamentando una visión meritocrática de la libertad subordinada al deber y la responsabilidad personal. Finalmente, el trabajo analiza cómo la villanía, al

ISSN: 2177-3246

desafiar la inviolabilidad de la propiedad y el legado histórico, valida la necesidad de instituciones tradicionales sólidas. Concluye que la "Sociedad de Héroes" opera como un modelo de gobierno conservador donde el orden es el requisito indispensable para la existencia de la libertad, consolidando la seguridad jurídica como escudo contra la anarquía.

Palabras clave: Conservadurismo. Orden Público. Derecho Constitucional. My Hero Academia. Intervención Estatal. Dialéctica Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

A análise das estruturas de poder e da manutenção da paz social exige, invariavelmente, uma incursão sobre os mecanismos de contenção da anomia e da desordem. No cenário contemporâneo, o Direito não pode se furtar ao exame de representações culturais que operam como laboratórios teóricos para a aplicação de conceitos fundamentais da ciência política e jurídica. É neste contexto que a obra *My Hero Academia* (MHA), de Kōhei Horikoshi, apresenta-se como um objeto de estudo privilegiado para a análise da intervenção estatal e da preservação dos pilares constitucionais sob uma ótica conservadora.

A narrativa descreve uma sociedade que atravessou uma crise ontológica sem precedentes: a emergência das "individualidades" (*Quirks*). O surgimento súbito de habilidades sobre-humanas em 80% da população mundial não representou apenas uma evolução biológica, mas o colapso das instituições tradicionais e o advento de um estado de natureza hobbesiano. Diante deste caos, a resposta institucional foi a estruturação de um sistema de regulação rigoroso, fundamentado no licenciamento estatal e no monopólio da violência legítima, exercido pela figura dos "Heróis Profissionais".

Apesar da relevância do tema, a literatura acadêmica sobre MHA ainda carece de uma análise que conecte a ficção ao rigor do constitucionalismo brasileiro. Ao preencher esta lacuna, este trabalho propõe uma chave de leitura específica: a articulação da narrativa com os pilares fundamentais do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Ressalte-se que esta pesquisa não pretende anular outras interpretações sociológicas da obra, mas sim delimitar em que medida a regulação estatal e a estruturação explica operam como mecanismos de salvaguarda sob a perspectiva da filosofia política conservadora.

A hipótese defendida é que a estrutura jurídica da obra admite uma interpretação na qual o conservadorismo não apenas protege o *status quo*, mas garante a integridade da dignidade humana através da responsabilidade pessoal.

Para tornar a investigação verificável, o corpus narrativo delimitado compreende: Arco do Festival Esportivo da U.A: Para análise da hierarquia meritocrática e desigualdades naturais; Arco do Assassino de Heróis (Stain): Para o exame da crise de legitimidade e subversão da ordem; Arco da Comissão de Segurança Pública (Arco do Exame de Licença Provisória de Herói e no Arco da Guerra de Libertação Paranormal): Para o estudo do Poder de Polícia e licenciamento estatal.

A análise de conteúdo orienta-se pela técnica de Bardin (1977), categorizando os elementos narrativos em "Núcleos de Ordem", "Núcleos de Mérito" e "Núcleos de Propriedade".

Nesse sentido, estabelece-se a seguinte pergunta norteadora: Em que medida a regulação estatal das individualidades e a estruturação institucional da "Sociedade de Heróis" operam como mecanismos de salvaguarda dos princípios constitucionais de ordem, liberdade e propriedade sob a perspectiva da filosofia política conservadora?

A problemática central reside em compreender se a intervenção estatal na regulação dos talentos individuais e a hierarquia meritocrática da sociedade de heróis atuam como instrumentos de opressão ou como garantias necessárias para a preservação da vida e da segurança jurídica. A fundamentação teórica desta pesquisa ancora-se no pensamento conservador clássico e moderno. Como assevera Russell Kirk (2013), a ordem é a primeira necessidade de toda alma e de qualquer sociedade, sendo o pressuposto inafastável para que a liberdade não degenere em licença destrutiva.

Complementarmente, a análise utiliza o debate jurídico acerca da relação entre a "exceção e o direito", investigando como a função administrativa do Estado deve se comportar em cenários de excepcionalidade. O foco recai sobre a tensão entre a legalidade estrita e as necessidades pragmáticas de manutenção da ordem social, analisando como o poder público fundamenta suas decisões quando as normas ordinárias mostram-se insuficientes diante de crises institucionais. Busca-se compreender, assim, os limites e as justificativas para a atuação estatal em momentos em que a preservação do tecido social exige respostas céleres e diferenciadas.

A hipótese defendida é que o conservadorismo jurídico presente na obra não apenas protege o *status quo*, mas garante a integridade da dignidade humana através da responsabilidade pessoal e do dever.

Metodologicamente, este trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e analítico, orientando-se pelo movimento interdisciplinar Direito e Literatura. Conforme preceitua François Ost (2004), a literatura funciona como um espelho crítico do Direito, permitindo uma compreensão da norma que ultrapassa a frieza dos códigos.

Nesse contexto, adota-se também a perspectiva crítica desenvolvida por Trindade (2008), segundo a qual o diálogo entre Direito e Literatura permite problematizar as estruturas normativas a partir de construções simbólicas, ampliando a compreensão dos fenômenos jurídicos para além de sua dimensão estritamente positivista

A metodologia adotada dialoga com a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin, compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos voltados à interpretação de comunicações e à identificação de categorias relevantes (BARDIN, 1977). Ademais, a investigação incorpora elementos da análise crítica do discurso, nos termos de Fairclough (2001), ao examinar como as estruturas narrativas da obra refletem e reproduzem relações de poder e construções ideológicas.

A discussão é estritamente teórica, evitando a transcrição literal de dispositivos legais, mas priorizando a indicação de sua eficácia social e jurídica. Para viabilizar esta análise, a obra será submetida a um procedimento sistemático de quatro etapas:

Delimitação do Corpus Narrativo: Seleção de arcos e episódios que apresentam conflitos diretos entre o indivíduo e o Estado (ex: Arcos da Licença Provisória e da Comissão de Segurança Pública).

Identificação de Núcleos Normativos: Mapeamento de elementos da trama que mimetizam institutos jurídicos reais, como o poder de polícia e a delegação de funções estatais, sob a ótica de Arnaldo Godoy (2002).

Hermenêutica Dialética (O Direito *na* Literatura): Confronto entre os dilemas éticos dos personagens e os pilares de ordem e liberdade do Artigo 5º da CF/88; Sistematização da Eficácia: Avaliação de como a manutenção do sistema de heróis reflete a salvaguarda dos direitos fundamentais e a continuidade civilizacional.

O texto divide-se em seções que abordam, sucessivamente: a primazia da ordem pública e a dominação carismática; a liberdade condicionada ao mérito e ao esforço individual; e a defesa da propriedade privada e do legado. Ao final, espera-se demonstrar que a harmonia social observada no universo de *My Hero Academia* é fruto direto da aplicação de princípios que o conservadorismo e o Direito Constitucional brasileiro consideram inegociáveis.

O herói, portanto, não é apenas um combatente, mas o guardião da Constituição e da prudência política necessária para impedir o retorno à barbárie.

2 A SÍNTESE CONSERVADORA NAS INSTITUIÇÕES: A DIALÉTICA ENTRE A LIBERDADE E A ORDEM

A compreensão da arquitetura social e jurídica em My Hero Academia exige uma análise que ultrapasse leituras superficiais e reconheça a existência de uma simbiose institucional complexa, cuja aparência inicial de contradição dissolve-se diante de uma investigação mais aprofundada.

Trata-se de um arranjo que não apenas tolera, mas estrutura-se sobre a convivência entre elementos tradicionalmente considerados antagônicos: de um lado, a liberdade econômica, a lógica concorrencial e a valorização do mérito individual; de outro, a preservação de valores morais, hierarquias sociais e instituições formadoras de caráter.

Conforme a perspectiva desenvolvida por Coutinho (2014), o pensamento conservador moderno não deve ser entendido como uma rejeição ao progresso, mas como uma articulação entre a preservação de instituições orgânicas e a aceitação de mudanças graduais. Tal formulação teórica aponta para um modelo no qual a defesa de uma esfera de liberdade e mérito individual coexiste com a reafirmação de padrões normativos que garantem a coesão social.

Não se trata, portanto, de uma contradição insolúvel, mas de uma articulação estratégica entre esferas distintas da vida social, que operam de maneira complementar para garantir estabilidade e ordem.

No universo ficcional da obra, essa dualidade manifesta-se de forma particularmente evidente na estrutura da chamada Sociedade de Heróis. De um lado, observam-se as Agências de Heróis, que

funcionam como verdadeiras entidades privadas inseridas em um ambiente competitivo, orientadas por critérios de eficiência, reputação e desempenho.

Essa coexistência, longe de configurar uma incoerência estrutural, revela-se como expressão de uma unidade mais profunda. Nas palavras de Coutinho, aquilo que aparenta ser uma tensão entre a autonomia individual e a autoridade estatal constitui, na verdade, uma condição para a sobrevivência da civilização. Essa unidade reside na percepção de que a liberdade, para se sustentar de maneira duradoura, necessita de um substrato moral e institucional sólido, capaz de orientar comportamentos e limitar excessos. Do mesmo modo, a preservação de valores tradicionais encontra no dinamismo social um mecanismo de adaptação e continuidade.

Por outro lado, coexistem instituições de ensino tradicionais, como a U.A. High School, cuja função transcende a mera capacitação técnica. Essas instituições operam como centros de formação moral e cívica, responsáveis por inculcar nos futuros heróis valores como honra, disciplina, responsabilidade e senso de dever coletivo.

Trata-se, portanto, de espaços que preservam e transmitem um ethos conservador, reforçando a importância da tradição e da continuidade institucional na construção da ordem social.

Essa coexistência, longe de configurar uma incoerência estrutural, revela-se como expressão de uma unidade mais profunda. Conforme a perspectiva de Coutinho (2014), aquilo que aparenta ser uma tensão entre a autonomia individual e a autoridade institucional constitui, na verdade, uma articulação necessária para a preservação da paz social. Essa unidade reside na percepção de que a liberdade, para se sustentar de maneira duradoura, necessita de um substrato moral sólido representado aqui pelas instituições formadoras capaz de orientar comportamentos e limitar excessos através da prudência.

Do mesmo modo, a preservação de valores tradicionais encontra no dinamismo econômico um mecanismo de adaptação e continuidade.

Nesse sentido, a Sociedade de Heróis pode ser interpretada como um modelo paradigmático dessa articulação dialética, em que mercado e tradição não apenas coexistem, mas se reforçam mutuamente. A lógica concorrencial das agências impulsiona a eficiência e a inovação, enquanto as instituições formadoras garantem a reprodução de valores que legitimam e estabilizam o próprio sistema.

Trata-se, portanto, de uma estrutura que materializa aquilo que a literatura denomina de "oxímoro essencialmente conservador": a conjugação, em um mesmo arranjo, de princípios que, isoladamente considerados, pareceriam inconciliáveis.

Dessa forma, longe de representar uma simples justaposição de elementos díspares, o universo de My Hero Academia revela uma construção sofisticada, na qual a liberdade econômica e a tradição moral se entrelaçam de maneira orgânica.

Essa síntese não apenas sustenta a ordem interna da narrativa, como também oferece um campo fértil para a reflexão sobre modelos contemporâneos de organização social, nos quais o equilíbrio entre inovação e conservação se apresenta como condição fundamental para a estabilidade e a continuidade institucional.

3 A NATUREZA JURÍDICA DAS INDIVIDUALIDADES (QUIRKS): DA ANOMIA AO CONTROLE ESTATAL

A compreensão da estrutura social e política em *My Hero Academia* exige, primordialmente, a análise do impacto das "Individualidades" (*Quirks*) sobre o ordenamento jurídico vigente. Diferente de outras narrativas de ficção onde as habilidades sobre-humanas são exceções isoladas, na obra de Kōhei Horikoshi a individualidade é um fenômeno biológico massificado que atinge 80% da população mundial. Sob a ótica do Direito, tal surgimento não representou apenas uma evolução da espécie, mas uma grave crise de anomia e o colapso do monopólio estatal da força.

O despertar das *Quirks* operou como um ponto de ruptura que exigiu o ressurgimento da autoridade para impedir o retrocesso à barbárie. Como assevera Russell Kirk (2013, p. 26), "a ordem é a primeira necessidade de toda alma". No universo da obra, a ausência inicial de regulação permitiu que o poder individual degenerasse em licença destrutiva, assemelhando-se ao estado de natureza hobbesian.[1]

Tal configuração remete diretamente à concepção clássica de estado de natureza desenvolvida por Hobbes, caracterizada pela ausência de autoridade central e pela prevalência da insegurança generalizada, na qual a vida humana tende a ser “solitária, pobre, sórdida, brutal e curta” (HOBBES, 2003).

Para restaurar a estabilidade sistêmica, o Estado converteu o uso das individualidades em uma atividade estritamente regulada, fundamentada no Poder de Polícia administrativo. Juridicamente, a liberdade de uso das *Quirks* passou a ser condicionada ao dever e ao interesse público, materializada no instituto do licenciamento estatal. Sem a devida "Licença de Herói", o exercício de tais habilidades é tipificado como conduta ilícita, reforçando a primazia da coletividade sobre o arbítrio individual.

A análise deste fenômeno biológico sob o prisma jurídico justifica-se pela capacidade da obra em mimetizar conflitos reais de regulação e liberdades fundamentais. Nesse sentido, conforme destaca François Ost (2004, p. 14), "a literatura não se contenta em ilustrar o direito; ela o submete à prova da narrativa, confrontando a generalidade da norma com a singularidade das situações vividas".

[1] Sobre a construção dessas identidades sociais e institucionais, OLIVEIRA (2022) destaca que o conceito de representação traduz-se em uma prática concreta que auxilia na compreensão de textos literários em relação ao mundo social. Nesse sentido, a classificação das individualidades pelo Estado em *My Hero Academia* reflete uma disputa de poder onde o recorte de normas e condutas visa "[...] significar simbolicamente um estatuto e uma posição" (CHARTIER, 1991, p. 183 apud OLIVEIRA, 2022), controlando como os indivíduos são compreendidos pela sociedade.

Assim, a Individualidade em MHA funciona como a "situação vivida" que permite testar a eficácia dos mecanismos de controle e a validade dos princípios de ordem e segurança jurídica.

Por fim, a obra evidencia que as individualidades são naturalmente desiguais, tanto em potencial quanto em utilidade social. O pensamento conservador, ao contrário de um igualitarismo radical, reconhece tais assimetrias e as organiza através de uma hierarquia meritocrática. O sistema de heróis, portanto, não busca a supressão das diferenças, mas a sua canalização para o bem comum, garantindo que o poder seja exercido por aqueles que demonstram responsabilidade pessoal e compromisso com a continuidade civilizacional.

4 AS AGÊNCIAS DE HERÓIS E A LIBERALIZAÇÃO DA FUNÇÃO DE SEGURANÇA

No paradigma estruturante da Sociedade de Heróis, observa-se uma reconfiguração profunda de um dos pilares clássicos do Estado moderno: o monopólio da força e da segurança pública. Tradicionalmente concebida como dever exclusivo do Estado, a proteção dos cidadãos passa, nesse universo, por um processo de descentralização funcional, no qual a iniciativa privada assume papel protagonista, sem que isso implique a completa retirada do ente estatal.

Ao contrário, o Estado permanece como instância reguladora e legitimadora, estabelecendo parâmetros normativos, critérios de atuação e mecanismos de fiscalização, ao mesmo tempo em que delega, mediante licenciamento, a execução concreta da atividade de segurança a agentes privados.

Essa dinâmica revela um modelo híbrido de governança, no qual o poder público não abdica de sua autoridade, mas a exerce de maneira indireta, por meio da regulação e do controle institucional. As Agências de Heróis emergem, assim, como verdadeiras empresas prestadoras de serviços de segurança, inseridas em um ambiente competitivo que privilegia a eficiência operacional, a produtividade e a capacidade de resposta a demandas sociais.

Nesse contexto, a atividade heroica deixa de ser apenas um dever cívico ou vocacional e passa a assumir contornos de prestação de serviço especializada, sujeita a métricas de desempenho e a critérios de avaliação típicos do mercado.

Cada agência opera dentro de uma estrutura formal que remete a modelos empresariais contemporâneos, com organização interna hierarquizada, divisão de funções, gestão de recursos humanos e estratégias de posicionamento no mercado.

Além disso, sua atuação é balizada por regras contratuais e padrões de compliance institucionais, que visam assegurar a conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estado e pelas entidades reguladoras. A existência de certificações simbólicas ou institucionais como o chamado “Selo Verde” reforça a ideia de que tais organizações não apenas competem entre si, mas também buscam legitimação por meio da adesão a padrões reconhecidos de qualidade e responsabilidade social.

Nesse cenário, a relação entre as agências e o Estado assume contornos análogos aos de uma relação entre prestador e contratante, na qual o poder público atua simultaneamente como regulador e como "consumidor institucional" dos serviços prestados.

A lucratividade, por sua vez, torna-se elemento central, funcionando como incentivo à eficiência e à inovação, ao mesmo tempo em que introduz uma lógica de mercado em um campo historicamente associado ao interesse público direto. Essa configuração ilustra de maneira clara a convergência entre a liberdade de iniciativa e a manutenção da ordem, conforme a perspectiva de Coutinho (2014), evidenciando como a racionalidade econômica pode coexistir com funções tradicionalmente estatais por meio de um pluralismo que fortalece a estrutura social.

Um dos instrumentos mais relevantes para a organização e regulação desse mercado é o chamado "Ranking de Heróis", divulgado periodicamente pela Associação de Heróis. Tal mecanismo funciona como um sistema de avaliação pública e institucional, no qual o desempenho dos pro-heróis é quantificado e hierarquizado com base em critérios objetivos e subjetivos.

Entre esses critérios, destacam-se a capacidade de gerar valor social mensurada por indicadores como o número de salvamentos realizados, a eficácia na resolução de crises e os índices de aprovação junto à população e a capacidade de gerar valor econômico, refletida em patrocínios, contratos comerciais e parcerias institucionais.

A existência desse ranking introduz uma lógica meritocrática e competitiva no interior da atividade heroica, na qual o desempenho individual se converte diretamente em vantagem competitiva no mercado. Heróis mais bem posicionados passam a atrair maiores oportunidades profissionais, sendo disputados por agências de maior porte e obtendo acesso a contratos mais vantajosos e visibilidade ampliada.

Dessa forma, consolida-se um ciclo no qual reputação, desempenho e retorno econômico se retroalimentam, reforçando a centralidade da lógica de mercado na organização do sistema.

Nesse modelo, o chamado "consumidor de segurança" representado tanto pela população quanto pelo próprio Estado exerce um papel ativo na validação dos agentes de proteção. A escolha por determinados heróis ou agências não se dá apenas por critérios formais, mas também pela percepção de eficiência, confiabilidade e prestígio social.

A segurança, portanto, passa a ser mediada por mecanismos de reputação e concorrência, aproximando-se de outras áreas de prestação de serviços em que a confiança do público e a imagem institucional desempenham papel decisivo.

Dessa forma, a liberalização da função de segurança na Sociedade de Heróis não implica a ausência do Estado, mas sim sua transformação em um ente regulador que viabiliza e organiza a atuação do setor privado.

O resultado é a constituição de um sistema complexo, no qual a proteção dos cidadãos se insere em uma lógica de mercado, sem perder completamente sua natureza pública. Tal arranjo evidencia, com clareza, a incorporação de princípios liberais na estrutura institucional da obra, ao mesmo tempo em que prepara o terreno para a articulação com elementos conservadores que garantem a coesão e a legitimidade do sistema como um todo.

5 A ESCOLA U.A. COMO GUARDIÃ DA TRADIÇÃO E DA MORAL CONSERVADORA

Se as agências de heróis personificam a dimensão mercadológica, as instituições escolares sugerem a encarnação da permanência e da transmissão de valores associados à ordem conservadora. A U.A. High School, nesse contexto, pode ser analisada como instância de formação moral e cívica.

Essa função ordenadora manifesta-se de maneira particularmente nítida quando se observa que a escola não parte de um pressuposto igualitarista abstrato. Ao contrário, a narrativa permite interpretar que os sujeitos possuem aptidões desiguais que, sob o prisma de Bobbio (2011), constituem dados reais da experiência humana a serem disciplinados para o bem comum. Portanto, a U.A. opera como um filtro que reproduz uma ética compatível com a prudência burkeana, valorizando o historicamente sedimentado em oposição a rupturas bruscas.

Nesse contexto, a U.A. High School ocupa posição de absoluta centralidade, não apenas como espaço de instrução técnica voltado ao aperfeiçoamento do uso dos *Quirks*, mas, sobretudo, como instância de formação moral, disciplinar e cívica. Sua função transcende a mera capacitação instrumental, alcançando a tarefa de moldar subjetividades aptas a reproduzir e preservar os fundamentos éticos e institucionais sobre os quais se sustenta a Sociedade de Heróis.

Dentro de uma perspectiva sociológica clássica, a família e a escola são compreendidas como instituições fundamentais de ordenação da vida social. Na U.A., essa premissa concretiza-se no *ethos* moral transmitido por mestres veteranos e na continuidade de legados heroicos consagrados, onde a função de estabilização social manifesta-se de maneira particularmente nítida. A escola opera, portanto, como um ambiente de socialização orientado pela disciplina, pela hierarquia e pela internalização de valores considerados indispensáveis à preservação da ordem e à coesão do sistema.

Esse *ethos* conservador se expressa em diferentes dimensões da vida escolar. Em primeiro lugar, destaca-se a valorização da hierarquia natural e meritocrática. A U.A. não parte de um pressuposto igualitarista abstrato, como se todos os indivíduos partilhassem das mesmas capacidades, dos mesmos talentos ou das mesmas vocações.

Ao contrário, reconhece que os sujeitos possuem aptidões desiguais e que tais diferenças, longe de representarem um problema a ser eliminado, constituem elementos a serem identificados, disciplinados e orientados em benefício do bem comum. Nessa chave, a desigualdade não é concebida

como vício estrutural, mas como dado real da experiência humana, cuja administração adequada é condição para a justiça.

Em consonância com o conservadorismo clássico, a justiça deixa de significar uniformidade e passa a ser compreendida como a capacidade de tratar desigualmente os desiguais, na medida exata de suas desigualdades. Assim, os alunos mais talentosos, mais dedicados ou mais resilientes ascendem a posições de maior prestígio e responsabilidade, enquanto os demais são estimulados a desenvolver suas potencialidades conforme seus limites e possibilidades concretas.

Em segundo lugar, a U.A. reafirma a importância do respeito à autoridade e da preservação do legado histórico. A relação entre professores e alunos é marcada por uma clara assimetria de posições, na qual a figura do mestre não se reduz a um simples transmissor de conteúdo, mas assume a condição de autoridade moral e institucional.

Os docentes são reconhecidos como portadores de experiência, prudência e legitimidade, exercendo função análoga à de guardiões de uma tradição formativa que não pode ser interrompida sem prejuízo da própria identidade da instituição.

Além disso, a reverência aos heróis do passado e a constante rememoração de feitos heroicos consagrados reforçam a ideia de continuidade entre gerações, aspecto compatível com a concepção burkeana de sociedade como um contrato intergeracional.

Embora Burke (1790/1982) não seja explicitamente citado na narrativa, sua influência teórica pode ser percebida na valorização do conhecido, do estável e do historicamente sedimentado, em oposição a rupturas bruscas e experimentações desarraigadas. Nesse sentido, a U.A. opera como um espaço em que o novo deve reconhecer sua dívida para com o passado, e em que a inovação somente é legítima quando se mostra capaz de honrar os alicerces herdados.

A dinâmica institucional da escola também evidencia a centralidade da continuidade simbólica. Cada prática pedagógica, cada cerimônia escolar e cada referência aos heróis consagrados do passado contribui para reafirmar a ideia de que a ordem social depende da preservação de memórias, tradições e valores compartilhados. O conselho escolar, os professores veteranos e os próprios conteúdos ministrados funcionam como instâncias de mediação entre o presente e a tradição, garantindo que a formação heroica não seja marcada por improvisação ou relativismo, mas por fidelidade a um repertório ético já legitimado historicamente. Desse modo, a U.A. pode ser compreendida como um verdadeiro filtro moral e educacional, responsável por selecionar, orientar e legitimar aqueles que futuramente atuarão como defensores da ordem.

Essa leitura é ainda reforçada pela observação de que a desigualdade de talentos, longe de ser negada, é reconhecida como componente inevitável da vida social.

Na U.A., essa percepção traduz-se em práticas pedagógicas que valorizam o desempenho, a disciplina e a vocação individual, sem eliminar o princípio da autoridade orientadora. A coesão social,

nesse modelo, não resulta da homogeneização dos sujeitos, mas da aceitação de funções distintas dentro de uma ordem comum, estruturada por vínculos de respeito e responsabilidade.

Dessa forma, a U.A. High School assume papel decisivo na reprodução da moral conservadora no interior da Sociedade de Heróis. Mais do que formar combatentes capazes de utilizar suas individualidades extraordinárias, a instituição forma cidadãos-heróis comprometidos com valores de dever, lealdade, autocontenção e respeito à tradição.

Em termos de teoria constitucional e política, a escola pública de heróis pode ser compreendida como um mecanismo pedagógico de preservação da soberania simbólica e da cultura cívica, ao produzir indivíduos não apenas tecnicamente aptos, mas moralmente vinculados à manutenção da ordem.

Em última análise, a U.A. confirma a tese de que a educação, especialmente quando orientada à formação do caráter, constitui um dos pilares fundamentais da organização social, funcionando como instrumento de continuidade histórica, disciplinamento institucional e reprodução dos valores que sustentam o próprio corpo político.

6 A TOTALIDADE DIALÉTICA: A UNIDADE NA CONTRADIÇÃO

A análise da estrutura institucional da Sociedade de Heróis em My Hero Academia revela que sua estabilidade não decorre da supremacia de um único modelo organizacional, mas da articulação entre dois polos aparentemente antagônicos: a racionalidade econômica liberal, representada pelas agências de heróis, e a moral conservadora, institucionalizada por meio da formação promovida pela U.A. High School.

Tal configuração evidencia uma totalidade dialética, na qual elementos em tensão não se excluem, mas se complementam, formando uma unidade funcional voltada à preservação da ordem social.

Essa estrutura opera a partir de uma síntese necessária, na medida em que a aparente contradição entre a liberdade econômica e a preservação de valores tradicionais encobre uma unidade essencial fundada na rejeição da anomia social e na valorização da ordem.

Tal perspectiva permite compreender que o equilíbrio do sistema não reside na eliminação das tensões, mas na sua administração institucional contínua. No universo ficcional analisado, essa lógica manifesta-se de forma concreta: o mercado de heróis, por si só, não é capaz de garantir legitimidade ética e social, enquanto a tradição, isoladamente, não assegura a eficiência operacional necessária para responder às crises da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, a inexistência de qualquer desses polos comprometeria a funcionalidade do sistema. A ausência de uma base moral sólida como aquela fornecida pela U.A. implicaria a transformação da atividade heroica em uma prática puramente mercadológica, orientada

exclusivamente por incentivos econômicos, o que poderia resultar na perda de seu caráter público e na degeneração do heroísmo em mercenarismo.

Por outro lado, a inexistência de um aparato competitivo e descentralizado, como o das agências, tornaria a resposta estatal à criminalidade excessivamente lenta e burocrática, reduzindo sua eficácia diante das ameaças representadas pelos vilões. Assim, a manutenção da ordem depende da coexistência entre eficiência técnica e fundamento ético.

O herói profissional emerge, portanto, como síntese dessa estrutura. Trata-se de um agente que atua no mercado, sendo remunerado e avaliado por critérios de desempenho, mas que, simultaneamente, encontra-se submetido a um regime de autorização estatal e a um conjunto de valores internalizados ao longo de sua formação.

Sua atuação não é completamente livre, tampouco rigidamente estatal, situando-se em uma zona intermediária que combina autonomia operacional com responsabilidade institucional. Essa dualidade evidencia que sua legitimidade não decorre apenas da eficácia de suas ações, mas também da conformidade com padrões morais e sociais previamente estabelecidos.

Essa configuração permite afirmar que a manutenção da ordem pública em My Hero Academia não se fundamenta exclusivamente no uso da força, mas em um processo integrado que envolve formação educacional, organização econômica e legitimação institucional.

A proteção da sociedade, nesse modelo, pressupõe não apenas a existência de agentes capazes de intervir em situações de risco, mas também a construção de um arcabouço normativo e cultural que oriente suas ações. Nesse ponto, é possível estabelecer um paralelo com a ordem constitucional brasileira, especialmente no que se refere à proteção de direitos fundamentais, como o direito de propriedade, consagrado no art. 5º, XXII, da Constituição Federal de 1988.

Tal dispositivo evidencia que a estabilidade social depende da existência de instituições capazes de garantir direitos, coibir violações e preservar a ordem jurídica.

Dessa forma, a Sociedade de Heróis demonstra que a liberdade individual não se sustenta de maneira plena em um ambiente desprovido de referências normativas e institucionais. Ao contrário, sua realização depende da existência de limites, deveres e estruturas que orientem seu exercício.

A articulação entre mercado e tradição, portanto, não representa uma contradição insolúvel, mas uma condição necessária para a coesão social. É precisamente essa convergência que permite ao sistema absorver a iniciativa privada sem perder seu compromisso com valores coletivos.

Em síntese, a análise confirma a tese de que a convergência institucional entre mercado e tradição constitui um elemento estruturante de sua organização social. A eficiência das agências e a formação moral promovida pela U.A. não operam de maneira isolada, mas interdependente, produzindo um modelo de heroísmo que alia desempenho técnico e responsabilidade ética.

Nesse sentido, a obra sugere que a preservação da ordem social depende não apenas da capacidade de agir, mas da capacidade de agir conforme princípios, evidenciando que a liberdade e a tradição, longe de se excluírem, encontram-se unificadas em uma mesma lógica de conservação da sociedade.

7 CONCLUSÃO

A análise interdisciplinar realizada permite concluir que a estrutura normativa e social da obra *My Hero Academia* opera como um modelo fictício no qual a preservação da ordem pública é estabelecida como o pressuposto indispensável para a existência da liberdade individual e da segurança jurídica. A investigação demonstrou que a emergência das individualidades provocou uma crise ontológica no Estado de Direito, exigindo uma reconfiguração da intervenção estatal fundamentada no licenciamento e no monopólio da violência legítima para salvaguardar a paz social frente à anomia tecnológica e biológica.

Ao preencher a lacuna identificada na literatura acadêmica, este trabalho diferenciou-se de estudos pregressos, como os de Freixo (2021), focado no controle da violência, ou de Mell-Taylor (2025), que interpreta a obra sob a ótica da "*copaganda*", ao articular explicitamente a narrativa com os pilares fundamentais do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A pesquisa confirmou a hipótese de que a 'Sociedade de Heróis' se sustenta em uma estrutura de governança híbrida, unificando a eficiência e a lógica concorrencial das Agências de Heróis com a preservação de valores morais e tradições institucionais encarnadas pela *U.A. High School*.

Enquanto a descentralização da função de segurança permite uma resposta ágil e eficiente à criminalidade, a educação voltada à formação do caráter garante que o heroísmo não degenere em mero mercenarismo, mantendo os agentes vinculados ao dever e à responsabilidade pessoal. Essa unidade dialética revela que a estabilidade do sistema não depende apenas da força bruta, mas de uma hierarquia meritocrática que reconhece as desigualdades naturais e as disciplinas em benefício do corpo social.

Ademais, a análise da vilania na obra evidenciou que movimentos subversivos e niilistas, ao desafiarem a inviolabilidade da propriedade e o legado histórico, acabam por validar a necessidade de instituições tradicionais fortes para impedir o retorno à barbárie e ao estado de natureza hobbesiano, o que também pode ser interpretado sob uma perspectiva crítica da construção narrativa. O herói profissional, portanto, transcende a figura de um combatente, consolidando-se como o guardião da prudência política e da integridade da dignidade humana.

Sob uma perspectiva crítica, é possível compreender que a representação dos vilões também cumpre uma função ideológica relevante. Tais personagens são frequentemente construídos como desvios sociais ou rupturas da norma que acabam por legitimar a manutenção do sistema vigente,

reforçando a necessidade de um controle institucional rígido. De modo complementar, observa-se que a narrativa incorpora valores associados ao ideal de liberdade individual e superação, típicos do gênero *shonen*, o que contribui para a consolidação de um enredo alinhado a princípios meritocráticos, onde o sucesso e a ordem dependem diretamente do esforço e da retidão do indivíduo perante o Estado.

Em última análise, conclui-se que o universo de *My Hero Academia* reafirma princípios fundamentais do conservadorismo jurídico e do ordenamento constitucional brasileiro, demonstrando que a verdadeira autonomia só é possível dentro de uma estrutura ordenada que respeite a continuidade civilizacional e os limites normativos do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução em França. Tradução de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora UnB, 1982. Disponível em: https://www.kufunda.net/publicdocs/Edmund%20Burke-Reflexoes%20Sobre%20a%20Revolucao%20Em%20Franca.pdf

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/8601

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/pedro/Downloads/1%20Leitura%20obrigatoria%20_Discurso_e_Mudanca_Social_-_Cap._3.pdf

FREIXO, Adriano de. Plus Ultra: os heróis e o monopólio da violência no universo de My Hero Academia. Revista Cajueiro, São Cristóvão, v. 1, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Cajueiro/article/view/16485

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito e literatura: ensaio de síntese teórica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. Disponível em: https://www.livrariadoadvogado.com.br/introducao/introducao/direito-e-literatura-ensaio-de-sintese-teorica?srsltid=AfmBOookEo2KwGTEgRzX4bMEFcCmmEpQG4kj7ZElA74nk_i9wT6jm8XC

KIRK, Russell. A política da prudência. Tradução de Gustavo Santos e Márcia de Paiva. São Paulo: É Realizações, 2013. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/livro/a-politica-da-prudencia-FU8-5045-000-BK

MELL-TAYLOR, M. The Neoliberalism of My Hero Academia. Medium, 2025. Disponível em: https://medium.com/counterarts/my-hero-academia-was-always-copaganda-52c5ece29074

OLIVEIRA, Lucas Lucena. Representações sobre povos indígenas: uma análise das concepções de estudantes e professores do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino de Imperatriz. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4566

OST, François. Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2005;000754312

COUTINHO, João Pereira. As ideias conservadoras: explicadas a quem deseja saber. São Paulo: Três Estrelas, 2014. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/7536/A%20ideologia%20conservadora%20–%20João%20Pereira%20Coutinho.pdf

TRINDADE, André Karam. Direito e literatura: ensaios críticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. Disponível em: https://www.estantevirtual.com.br/busca?q=andre-karam-trindade%20direito-e-literatura-ensaios-criticos&sugestao=1&desconto_max=30&offset=1&ano_max=2000

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB, 1991. Disponível em: https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/weber-m-economia-e-sociedade-fundamentos-da-sociologia-compreensiva-volume-2.pdf

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Disponível em: https://www.comtudo.com.br/edicoes/pdfs/bobbio_esquerda_direita.pdf